

Freud sobre a enunciação

Tzvetan Todorov

Universidade de Paris 1 – Panthéon-Sorbonne

Tradução

Pedro Fernandez de Souza (UFSCar)

RESUMO

Eu me proponho resumir aqui, para o uso daqueles que estudam a linguagem, algumas observações de Freud, dispersas em diversos escritos, e consagradas aos problemas da enunciação (termo do qual Freud não se serve).

PALAVRAS-CHAVE

Enunciação; transferência; alocutário; psicanálise.

ABSTRACT

I propose to summarize here, for the usage of those who study language, some of Freud's observations, dispersed in many writings and consecrated to the problems of enunciation (a term not used by Freud himself).

KEY WORDS

Enunciation; transference; interlocutor; psychoanalysis.

1.

O primeiro ponto no qual Freud insiste é: a enunciação presente de um enunciado não poderia ser compreendida se nos limitássemos somente a ela. Para descrever corretamente um processo de enunciação, não basta notar as circunstâncias presentes do ato de fala (*acte de parole*); é preciso também reconstituir a história da enunciação. Pois cada enunciação é o resultado de uma série de transformações de uma enunciação primeira; cada enunciação possui, portanto, sua história transformacional. Contentar-se com a enunciação presente, imediatamente observável, é tomar a parte visível de um iceberg pelo iceberg inteiro. Se não se reconstitui essa história transformacional, corre-se o risco de graves mal-entendidos: duas enunciações que podem parecer idênticas ao observador não são obrigatoriamente idênticas. Ademais, enquanto locutores e interlocutores, nós realizamos intuitivamente o trabalho de reconstituição. É preciso tentar racionalizar essa intuição.

Freud deu vários exemplos de tal abordagem. Eis o primeiro deles: as licenciosidades (*grivoiseries*). A estrutura de base é a seguinte: A (o homem) se dirige a B (a mulher) buscando satisfazer seu desejo sexual; a intervenção de C (o estraga-prazeres) torna a satisfação do desejo impossível. Desse fato aparece uma segunda situação: frustrado em seu desejo, A dirige a B palavras agressivas; ele apela a C como a um aliado. Nova transformação, provocada pela ausência da mulher ou pela observação de um código social: A se dirige não mais a B, mas a C, contando-lhe a licenciosidade; B pode estar ausente, mas esse antigo alocutário se tornou (implicitamente) o objeto do enunciado; C goza do prazer que a piada de A lhe proporciona. Ou, como diz Freud: “o impulso libidinoso do primeiro se desdobra, tendo encontrado a satisfação inibida pela mulher, numa tendência hostil contra essa segunda pessoa e chama a terceira pessoa, originalmente perturbadora, para ser um aliado” (Freud, 1905a, p. 109). Se nós nos contentássemos em observar o processo de enunciação de uma licenciosidade, identificaríamos A como locutor, C como alocutário. Fazendo isso, nós omitiremos o elemento mais importante desse processo, o alocutário inicial, B¹.

¹ Essa transformação em aparência simples se decompõe, numa análise formal, em três transformações elementares: *a*) a passagem do optativo ao indicativo: a demanda de prazer é substituída por um prazer real; *b*) uma permutação intraproposicional: B e C eram sujeitos, eles se tornam objetos (do prazer, da agressão); inversamente por A; *c*) uma permutação interproposicional: B estava ligado ao predicado do prazer, ele o é agora ao da agressão; inversamente por C. Ou, numa notação convencional:

$$(B \text{ dá a } A) \text{ opt } A + C \text{ agride } A \rightarrow$$

$$A \text{ agride } B + A \text{ dá a } C$$

onde os parênteses significam que uma proposição é modal (aqui, no optativo); +, a sucessão no tempo; \rightarrow , se transforma em. (N. A.)

O relato de um chiste² não é, portanto, um fato isolado, mas o resultado de um ciclo transformacional. Freud diz que sua enunciação “procura trazer a termo o processo desconhecido da formação do chiste” (*Ibid.*, p. 160).

Segundo exemplo: o cômico ingênuo. Enquanto no primeiro caso (o da licenciabilidade) era preciso procurar um alocutário anterior, para-além do alocutário presente, aqui cabe ao mesmo alocutário presente desempenhar sucessivamente dois papéis. Para perceber o ingênuo enquanto tal, nós, alocutários, devemos de início nos colocar no ponto de vista do locutor, e retornar, em seguida, ao nosso. “Nós levamos em consideração, portanto, o estado psíquico da pessoa produtora, colocamo-nos em seu lugar e procuramos compreendê-lo ao compará-lo com o nosso” (*Ibid.*, p. 212). “Nós consideramos agora o que foi dito de dois pontos de vista: primeiro, como aconteceu para a criança, e em seguida, como aconteceria para nós” (*Ibid.*, p. 213). Se não há diferença entre os dois, o efeito cômico do discurso ingênuo não pode ter lugar. “Enquanto é condição para a eficácia do chiste que duas pessoas estejam sob inibições ou resistências internas aproximadamente iguais, pode-se então reconhecer como condição do ingênuo que uma pessoa possua resistências das quais a outra pessoa é desprovida” (Freud, *Ibid.*, p. 211). A existência dessas “condições” mostra que os papéis do locutor e do alocutário são inscritos no enunciado e que não é preciso confundi-los com o locutor e o alocutário presentes, que podem desempenhar bem ou mal seus papéis (o próprio Freud fala da necessidade de “desempenhar o [papel de] terceiro”, *Ibid.*, p. 162). A identidade dos interlocutores para si mesmos é, portanto, duplamente posta em questão: *a*) através dos interlocutores presentes aparecem interlocutores ausentes (o ciclo transformacional); *b*) através dos interlocutores presentes aparecem os papéis de interlocutores, inscritos no enunciado.

Terceiro exemplo: não basta adivinhar as transformações que precederam a presente enunciação, é preciso também ver se uma nova transformação não deve sobrevir imediatamente; a enunciação presente não poderá ser compreendida senão a partir da enunciação seguinte. É o caso do chiste em geral: quem o conta proporciona um prazer ao ouvinte pois ele sabe que poderá, num segundo tempo, desfrutar ele mesmo desse prazer. “Se eu, pela comunicação de meu chiste, levo o outro ao riso, eu na verdade me sirvo dele para suscitar meu próprio riso” (*Ibid.*, p. 174). Por meio do alocutário, o locutor pode gozar de um prazer que lhe era interdito até então; não levar em conta essa “consequência” do ato verbal seria colocar-se na impossibilidade de compreendê-lo e de descrevê-lo corretamente³.

² No original: “mot d’ésprit”, que traduz o *Witz* alemão. Por ser a tradução largamente usada no Brasil, optei, nesta e em suas outras aparições no texto, por “chiste”. (N. T.)

³ Lacan (1998) também insistiu na necessidade de não se restringir, na descrição de uma situação verbal, aos dados dos sentidos. Assim, o silêncio do interlocutor em nada equivale à sua ausência; deve-se descobrir e

O que nós sabemos do protótipo de toda enunciação, da enunciação original? Sem dar uma resposta direta, Freud sugere a via a ser seguida, em seu comentário da diferença entre o cômico e o chiste. Ele escreve: “no cômico entram em geral duas pessoas em consideração: além do meu eu, a pessoa em que eu encontro o cômico; quando objetos me parecem ser cômicos, isso ocorre por uma forma, não rara em nossa vida representacional, de personificação. O processo cômico se contenta com essas duas pessoas, o eu e a pessoa-objeto; uma terceira pessoa pode ser adicionada, mas isso não é necessário. O chiste, enquanto um jogo com as próprias palavras e pensamentos, prescinde de uma pessoa-objeto, mas já no primeiro estágio da piada, se ele conseguiu assegurar o jogo e o sem-sentido contra a objeção da razão, exige uma outra pessoa a quem possa comunicar seu resultado. Essa segunda pessoa, no chiste, não corresponde, porém, à pessoa-objeto, mas sim à terceira pessoa, ao outro do cômico” (Freud, 1905a, p. 161).

O chiste e o cômico se opõem, portanto, em dois planos: *a*) o primeiro implica três pessoas (três papéis), o segundo apenas duas; cf. também: “o chiste tendencioso necessita em geral de três pessoas; além daquela que faz o chiste, uma segunda, que é tomada como o objeto da agressão sexual ou hostil, e uma terceira, na qual se realiza a intenção do chiste, que é produzir prazer” (*Ibid.*, p. 109); *b*) o primeiro implica a palavra, o segundo pode prescindir dela (o cômico dos objetos).

Apoiando-nos nessa convergência, podemos tentar formular uma hipótese geral sobre a estrutura de toda situação verbal: essa situação é fundamentalmente *triangular*. O exercício da linguagem necessita da existência de três pessoas, não somente de duas. Enquanto houver apenas *eu* e *tu*, o discurso não é indispensável. É a aparição de uma terceira pessoa que torna o discurso necessário e se torna, por isso mesmo, seu signo. Uma transformação complexa se produz então: o *tu* se torna *ele*, a terceira pessoa se torna *tu*.

Como caracterizar essas três pessoas? Há, de início, aquele que fala (do qual Lacan, em 1998, dirá que ele “recebe do receptor sua própria mensagem sob forma invertida”, p. 45). Há também aquele do qual se fala: pois mesmo se o discurso trata de objetos inanimados, estes representam uma pessoa. Sabemos já que, na licenciabilidade, é a mulher que é o objeto implícito do discurso. Mas nós sabemos também que, para tornar-se isso, foi preciso que ela houvesse sido antes um alocutário – o alocutário de uma outra enunciação que teve, por sua vez, um antigo alocutário por

registrar a resposta, mesmo que ela não seja ouvida. “Não há fala sem resposta, mesmo que depare apenas com o silêncio, desde que ela tenha um ouvinte” (p. 249), ou, ainda: “a simples presença do psicanalista introduz, antes de qualquer intervenção, a dimensão do diálogo” (p. 215). (N.A.)

objeto, e assim em sequência até o infinito: o discurso se remete sempre a um discurso precedente, a um alocutário original e impossível. A enunciação “original” é um mito, pois toda enunciação pressupõe uma enunciação anterior.

Há, enfim, aquele a quem se fala, a quem se proporciona prazer ao falar, e que é ao mesmo tempo, diz-nos Freud, um representante da lei: “parece que, na piada, é transferida à terceira pessoa a decisão sobre se o trabalho do chiste realizou sua tarefa, como se o eu não tivesse certeza de seu juízo sobre isso” (Freud, 1905a, p. 161). É este que julga a palavra, que a aceita ou recusa, que detém as normas.

O slogan do pesquisador debruçado sobre a enunciação deveria ser, não “buscai pela mulher!” (*cherchez la femme!*), mas: “buscai por um terceiro!”⁴.

2.

Em uma de suas cartas, Madame de Rosemond escreve a Madame de Tourvel: “quando esse amor infeliz dominar você em demasia, obrigando-a a falar a respeito, melhor que seja comigo do que com *ele*.” (Laclos, *As relações perigosas*, 1, carta 103). Um enunciado não terá, portanto, o mesmo efeito, a depender se o destinatário (o alocutário) for tal ou tal pessoa. Essa afirmação de Laclos se encontra em Freud. Assim, o caráter espirituoso de um enunciado depende de fato inteiramente do estado de espírito do alocutário. Freud (1905a) escreve: “diante de um auditório de amigos devotos ao meu adversário, as invectivas mais espirituosas que eu pudesse formular contra ele não teriam o valor de chistes, mas de invectivas, e gerariam nos ouvintes não prazer, mas indignação” (p. 162). Da mesma forma, o médico que escuta o discurso do analisando durante a cura pode transformar o seu conteúdo, caso deixe suas resistências operarem uma escolha naquilo que ele ouve.

Assim como a do alocutário, também a situação do locutor pode modificar o valor do enunciado. Aqui novamente Laclos poderia fornecer-nos exemplos. Valmont escreve a Madame de Tourvel “da cama e quase nos braços de uma cortesã” uma carta “interrompida por uma infidelidade completa” (*As relações perigosas*, 1, carta 47). O conhecimento desse fenômeno dá uma significação toda outra a frases como “nunca tive tanto prazer ao lhe escrever”, “já posso prever que não concluirei esta carta sem ser obrigado a interrompê-la” (*As relações perigosas*, 1, carta 48). O exemplo que Freud dá é o do discurso ingênuo que deixa de ser espirituoso se aquele que o pronuncia não é sincero, não é inocente. “Isto [...] poderia de fato ter sido contado como um verdadeiro chiste; nesse caso, teríamos dado um sorriso meio a contragosto. Como exemplo de ingenuidade, parece-nos verdadeiramente excelente

⁴ Sabe-se o desenvolvimento que a ideia de uma estrutura triangular recebeu em Jacques Lacan ou em René Girard. (N.A.)

e nos faz rir alto” (Freud, 1905a, p. 209). E, ainda: “todas as características do ingênuo existem apenas na concepção da pessoa ouvinte...” (*Ibid.*, o jogo aqui é duplo).

Duas observações se impõem. Primeiramente, ao contrário do caso precedente, lidamos não com *papéis*, mas com *atores*, com pessoas reais que enunciam ou percebem o discurso. Não se trata mais de um papel inscrito no enunciado, mas do comportamento (no sentido amplo) real e presente dos locutores. Em segundo lugar, a mudança que se produz não afeta, propriamente falando, o sentido do enunciado, mas o efeito que esse enunciado produz no alocutário. Nos dois exemplos citados, é um comportamento posterior que se encontra modificado: o alocutário ri ou não ri. O *efeito* será, portanto, cuidadosamente distinguido do *sentido*.

De uma maneira mais geral, múltiplas analogias se observam entre o locutor e o alocutário. A propósito do chiste, Freud nota: “ele [o terceiro] deve ser capaz de habitualmente restabelecer em si mesmo as mesmas inibições que o chiste superou na primeira pessoa” (*Ibid.*, p. 169; mas vimos que esse caso não é o único possível: o discurso ingênuo implica, ao contrário, uma diferença entre os dois locutores). Na situação da cura, o analista terá de realizar um trabalho similar ao do enfermo. “Assim como o analisando deve comunicar tudo o que ele capta em sua observação de si, interrompendo todas as objeções lógicas e afetivas que queriam movê-lo a fazer uma escolha, também o médico deve pôr-se no estado de aproveitar-se, para os objetivos da interpretação, do reconhecimento do inconsciente oculto, tudo o que lhe for comunicado, sem substituir a escolha, renunciada pelo enfermo, pela sua própria censura” (*Id.*, 1912a, p. 381). A emissão de um enunciado, assim como a sua recepção, comporta (consiste em) uma escolha.

3.

Uma certa situação discursiva recebeu a atenção dos psicanalistas mais que qualquer outra: aquela da própria cura analítica. No interior dessa situação, um fenômeno apareceu como particularmente importante, e Freud lhe deu o nome de *transferência* (embora essa palavra por vezes se refira a outras situações que não à cura). A transferência designa, grosso modo, a introdução do analista no discurso do enfermo. Essa situação será, portanto, particularmente interessante para nós: é uma introdução da enunciação no enunciado, uma cisão do *tu* (alocutário 1) em *ele* (objeto do enunciado) e *tu* (alocutário 2).

Vejam os elementos constitutivos desse fenômeno. Eis a definição que lhe dá Freud, no caso Dora: “as transferências [...] são reimpressões, cópias das moções e das fantasias que devem ser despertadas e tornadas conscientes à medida dos progressos da análise; o que é característico da sua espécie é a substituição pela pessoa do médico de uma pessoa anteriormente conhecida” (citado segundo

Laplanche e Pontalis, 2001, p. 517). É preciso, portanto, levar em conta três elementos: A) As “moções e fantasias” que não são “despertadas” nem “conscientes”. B) A pessoa do médico, isto é, o alocutário, ou, de maneira mais geral, a enunciação. C) O enunciado do enfermo, onde se introduz esse elemento da enunciação. A transferência consiste em que B repete (e representa) A em C.

Retomemos cada um desses três elementos, para ver as características que Freud lhes dá. O elemento A se refere aos “desejos inconscientes” e aos “protótipos infantis” (*Ibid.*, p. 514). “É a relação do sujeito com as figuras parentais que é revivida na transferência” (*Ibid.*, p. 517). “Na transferência se atualiza o essencial do conflito infantil” (*Ibid.*, p. 519; cf. Freud, 1920: a reprodução na transferência “tem sempre como conteúdo um fragmento da vida sexual infantil, portanto do complexo de Édipo e das suas ramificações”, pp. 16-17).

O elemento B (por vezes *transferência* designa apenas esse elemento) se refere à pessoa do médico; se outros elementos da situação presente se introduzem no enunciado, eles não são nada além de metonímias para o alocutário: “tudo o que concerne à situação presente corresponde a uma transferência no médico” (*Id.*, 1913, p. 472). Essa introdução de um elemento da enunciação no enunciado é um fenômeno de duas faces, para não dizer contraditório: ela é, a um só tempo, a repetição de algo antigo e a integração do momento presente; por conta dessa coincidência, a segunda face representa a primeira. “Freud constata que o mecanismo da transferência para a pessoa do médico se desencadeia no próprio momento em que os conteúdos reprimidos particularmente importantes ameaçam se revelar. Neste sentido, a transferência [...] *assinala* a proximidade do conflito inconsciente” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 518; o grifo é meu). Ao falar de “repetição”, deve-se precisar (como o fazem Laplanche e Pontalis) que “as manifestações transferenciais não são literalmente repetições, mas equivalentes simbólicos do que é transferido” (*Ibid.*, p. 520). Não se pode deixar de notar também que é o presente que assinala o passado, o único que representa o eterno. Chamemos esse tipo de discurso de *peçoal*, em razão da presença ativa dos dois interlocutores. O próprio Freud tenderia a falar aqui de um discurso-ação: ele põe o signo de igualdade entre “repetição” e “atuação”.

Frente a esse discurso pessoal se situa o nosso terceiro elemento, C, dito de outra forma, o enunciado “ordinário”, que não contém elementos da enunciação (de fato, elementos da enunciação penetram todo discurso; só pode tratar-se, portanto, de uma diferença de grau; mas ela não é negligenciável). Enquanto antes Freud utilizava o termo repetição, ele fala agora de rememoração, de lembrança; trata-se, portanto, de um discurso impessoal, de um relato. De um lado, a palavra; de outro, a vida (“esse fragmento de vida afetiva que ele não pode mais *revocar* na sua memória, o enfermo o *revive* também na sua relação com o médico”: Freud, 1909, pp. 54-55;

os grifos são meus). Freud insiste amiúde nessa oposição, remetendo-a à do dizer e do agir. Assim, a propósito do elemento B: “Aqui o paciente de fato não *recorda* nada do esquecido e do reprimido, mas sim o *traduz em atos*. Ele o reproduz não enquanto lembrança, mas enquanto ação” (*Id.*, 1914, p. 129). “Quão maior é a resistência, mais a lembrança é substituída pela atuação (a repetição)” (*Ibid.*, p. 131). O paciente “coloca em ato diante de nós, por assim dizer, em vez de nos informar” (*Id.*, 1938, p. 101).

O discurso pessoal e o discurso impessoal formam, portanto, uma oposição que poderia ser posta na base de uma tipologia de enunciados (pode-se evidentemente aproximar essa oposição àquela entre discurso e história, de E. Benveniste). Tentemos, a partir dos exemplos que Freud enumera, captar as propriedades de cada um dos termos. “O analisando não diz que ele se recorda de ter sido insolente e incrédulo perante a autoridade parental, mas sim se comporta dessa forma perante o analista. Ele não se lembra de ter-se sentido, no decorrer de suas investigações infantis de ordem sexual, desesperado e desconcertado, privado de apoio, mas sim traz um amontoado de ideias e de sonhos confusos, se queixa de não conseguir nada e acusa o destino por jamais concluir um empreendimento. Ele não se recorda de ter provado um intenso sentimento de vergonha de certas atividades sexuais e de ter temido que elas fossem descobertas, mas sim mostra que tem vergonha do tratamento ao qual se submeteu e procura mantê-lo em segredo frente a todos” (*Id.*, 1914, pp. 129-130).

Notemos que:

- a) nos dois casos, trata-se de um comportamento verbal, de enunciados;
- b) o primeiro tipo de discurso se centra no passado; o segundo, no presente;
- c) conseqüentemente, o primeiro tipo de discurso não contém referências à situação de enunciação. O *eu* que pode aparecer aí não é o *eu* que fala (embora se trate da “mesma” pessoa, isto é, do mesmo nome próprio); é um *eu* de valor indicial enfraquecido. Em oposição, o segundo tipo de discurso se refere aos protagonistas da enunciação, àquele que escuta e àquele que fala;
- d) o primeiro tipo de discurso corresponde sempre à mesma ação: lembrar-se, contar; enquanto o segundo pode ter funções diferentes: a insolência, a insubmissão, o desânimo, a depressão, a amargura, a vergonha, o medo. Essa lista parece poder ser prolongada indefinidamente. O próprio Freud remete esses dois traços à ausência ou à presença de ação.

Eis um outro exemplo do segundo tipo de discurso: “a confissão de uma moção de desejo proscrita se torna especialmente difícil quando ela deve ser feita à própria pessoa que é seu objeto” (*Id.*, 1912b, p. 370). Poder-se-iam resumir assim todas as

diferenças: o discurso impessoal procura separar claramente o enunciado da enunciação; o discurso pessoal tende a confundi-los.

Essa diferença parece capital, e não seguiremos aqui Laplanche e Pontalis, que formulam algumas reservas a esse respeito: “não vemos por que o analista estaria menos implicado quando o sujeito *lhe* conta determinado acontecimento do seu passado, *lhe* relata determinado sonho, do que quando se volta para o analista em uma atitude. – Tal como a ‘atuação’, o dizer do paciente é um modo de relação que, por exemplo, pode ter por fim agradar ao analista, mantê-lo a distância, etc.; tal como o dizer, o agir é uma forma de veicular uma comunicação” (Laplanche & Pontalis, 2001, pp. 520-521). Vimos, com efeito, que os dois eram discursos (evitaremos a fórmula “veículo de comunicação”) e que os dois eram ações; mas a oposição estrutural (interna) de Freud não poderia ser recusada em nome de um critério funcional (externo, finalista: “ter como objetivo”).

A tarefa do analista é a de fazer reconhecer o fenômeno de transferência enquanto tal (de “adivinhá-la toda vez” e de “traduzi-la ao enfermo”, Freud, 1905b, p. 279), de obrigar o enfermo a tomar consciência de seu caráter *secundário*. Tarefa extremamente árdua, pois se enfrenta aqui a superpotente ilusão do *autêntico* e do *original*. Como nota Freud sobre essa tarefa: “a vida real não oferece nenhum modelo para ela” (*Id.*, 1915, p. 314).

O trajeto da cura psicanalítica se reduz então ao esquema seguinte: discurso impessoal (1) → discurso pessoal → discurso impessoal (2); em que ele não faz senão reproduzir o esquema de base de toda narrativa (a não ser que ele forneça o seu protótipo), que é: equilíbrio (1) → desequilíbrio → equilíbrio (2). A aparição da transferência (do discurso pessoal) corresponde à ruptura do equilíbrio; a aparição no enunciado daquilo que provoca a transferência, ao estabelecimento de um novo equilíbrio. A cura psicanalítica seria, portanto, de alguma forma uma introdução e, em seguida, uma evacuação daquilo que Benveniste nomeia “a subjetividade na linguagem” (o discurso que tende a confundir enunciado e enunciação), daquilo que é, na linguagem, individual e particular. Cf. Lacan (1998): “só existe progresso para o sujeito através da integração a que ele chega de sua posição no universal” (p. 225). O discurso impessoal é a norma, a saúde psíquica, o elemento assepsiado e esterilizado. Felizmente, sobra sempre um ato de enunciação por enunciar (aquele do enunciado impessoal, precisamente), e o “progresso” não será jamais total. O dizer não poderá jamais apagar o agir por completo, na medida mesma em que dizer é agir.

Retornemos à transferência. O que formava sua originalidade aos olhos de Freud, qual seja, o fato de que a situação presente estava calcada numa situação passada (“[A transferência] compõe-se sem exceção de repetições e clichês de reações anteriores, incluindo infantis”, Freud, 1915, p. 316; “seus sentimentos [do enfermo] não

provêm da situação atual e não se aplicam à pessoa do médico, mas sim repetem algo que já ocorreu com ele uma vez antes”, *Id.*, 1916-7, p. 461), corre bastante risco de se encontrar em qualquer situação verbal e de não poder mais, por isso mesmo, servir de signo distintivo. Freud percebeu bem o perigo ao tratar do “amor de transferência”: “este é um caráter essencial de todo enamoramento: não há nenhum que não repita modelos infantis” (*Id.*, 1915, p. 317). Assim, contrariamente ao que ele por vezes afirmou (a transferência “vai além da medida e da forma que se poderia justificar como [...] racional”, (*Id.*, 1912b, p. 366), Freud acabou por ver aí o tipo mesmo da situação verbal: “a transferência se estabelece espontaneamente em todas as relações humanas, assim como na relação do enfermo com o médico” (*Id.*, 1909, p. 55); ou “a transferência [...] domina de fato as relações de uma pessoa com seu entorno humano” (*Id.*, 1925, p. 68). A situação da transferência talvez seja mesmo uma “nova edição” (“simples reimpressão” ou “edição revista e corrigida”), mas nós não disporíamos jamais da edição original.

Por isso, a importância da descrição que Freud deu da transferência só se torna maior.

Bibliografia

- Freud, S. (1905a). “Der Witz und seine Beziehung zum Unbewussten”. In: *Gesammelte Werke*, Band 6. Frankfurt am Main: Fischer Verlag.
- _____ (1905b). “Bruchstück einer Hysterie-Analyse”. In: *Gesammelte Werke*, Band 7. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, pp. 161-286.
- _____ (1909). “Über Psychoanalyse”. In: *Gesammelte Werke*, Band 8. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, pp. 1-60.
- _____ (1912a). “Ratschläge für den Arzt bei der psychoanalytischen Behandlung”. In: *Gesammelte Werke*, Band 8. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, pp. 375-387.
- _____ (1912b). “Zur Dynamik der Übertragung”. In: *Gesammelte Werke*, Band 8. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, pp. 363-374.
- _____ (1913). “Zur Einleitung der Behandlung”. In: *Gesammelte Werke*, Band 8. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, pp. 453-478.
- _____ (1914). “Erinnern, Wiederholen und Durcharbeiten”. In: *Gesammelte Werke*, Band 10. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, pp. 125-136.
- _____ (1915). “Bemerkungen über die Übertragungsliebe”. In: *Gesammelte Werke*, Band 10. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, pp. 305-321.
- _____ (1916-7). “Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse”. In: *Gesammelte Werke*, Band 11. Frankfurt am Main: Fischer Verlag.

- _____ (1920). “Jenseits des Lustprinzips”. In: *Gesammelte Werke*, Band 13, Frankfurt am Main: Fischer Verlag, pp. 1-69.
- _____ (1925). “Selbstdarstellung”. In: *Gesammelte Werke*, Band 14. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, pp. 31-96.
- _____ (1938). “Abriss der Psychoanalyse”. In: *Gesammelte Werke*, Band 17. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, pp. 63-138.
- Lacan, J. (1998). *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laclos, C. (2012). *As relações perigosas*. Trad. Dorothée de Bruchard. São Paulo: Penguin Companhia.
- Laplanche, J.; Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário da Psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes.